

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	1
Título: Petrobras pede para incluir R\$ 1,66 bi de dívida no novo Refis	2
Título: Cemig quer vender ativos que somam R\$ 6,5 bi	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Petrobras rola dívida de R\$ 6 bilhões com Banco do Brasil.....	3
Título: Química importada	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Cemig anuncia venda de R\$ 6,5 bi em ativos	5
VEÍCULO: Correio Braziliense	6
Título: A nova onda da energia renovável	6
VEÍCULO: Valor Econômico	7
Título: Governo prevê leilão de energia de reserva em setembro	7
Título: Não há risco de Repetro não ser estendido, diz ANP	9
Título: Schahin muda de nome e projeta ampliar negócios	10
Título: BNDES busca soluções para financiar projetos de geração	12
Título: Cemig define ativos a serem vendidos para reduzir dívida	14
Título: Novas regras para combustível vão afetar commodities	16
Título: STJ julga possibilidade de disputa entre ANP e Petrobras.....	18

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor:**Título: Petrobras pede para incluir R\$ 1,66 bi de dívida no novo Refis**

Estatal pretende pagar 20% em espécie e o restante com créditos de prejuízo fiscal.

- A Petrobras solicitou a inclusão de débitos tributários no Programa de Regularização Tributária (PRT), o novo Refis, com pedidos de compensação de tributos federais não homologados no montante de R\$ 1,66 bilhão, informou a estatal. Segundo a petroleira, a adesão se deu, em sua maioria, em processos na esfera administrativa com expectativa de perda provável, tendo como forma de pagamento 20% em espécie e o restante com créditos de prejuízo fiscal. A Petrobras disse que o impacto estimado no resultado líquido consolidado é de R\$ 308 milhões. Ontem, a estatal informou que fechou operação de financiamento com o Banco do Brasil no valor de R\$ 7 bilhões com vencimento em 2022, na modalidade Nota de Crédito a Exportação.

A petroleira também informou que liquidou antecipadamente com o Banco do Brasil NCEs no valor de R\$ 6 bilhões que venceriam em 2019. Em encontro com jornalistas estrangeiros, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse não esperar que o agravamento da crise política afete o programa de venda de ativos e de redução de dívidas da estatal. Mas admitiu que alguns efeitos da turbulência política, como a decisão da Moody's de piorar as perspectivas de várias empresas brasileiras, trazem algumas consequências. — Nossa perspectiva para uma melhora da nossa classificação de crédito é agora mais complicada, mas isso não tem nada a ver com as operações da empresa — disse Parente.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor:****Título: Cemig quer vender ativos que somam R\$ 6,5 bi**

Companhia pretende se desfazer de fatia em Belo Monte e da geração de energia da Light.

A Cemig, empresa de energia mineira, anunciou ontem um plano de desinvestimentos que inclui ativos que somam valor patrimonial de R\$ 6,564 bilhões. De acordo com o fato relevante, a empresa espera ter sucesso em, no mínimo, 50% do programa até o primeiro semestre de 2018. As vendas de ativos, que terão como objetivo reduzir aceleradamente a enorme dívida da companhia, incluirão o negócio de geração da controlada Light, fatias nas transmissoras Taesa e Transmineira e as participações da empresa nas hidrelétricas de Santo Antônio

e Belo Monte. Na Taesa, a Cemig venderá 19% dos 31,5% que detém. Nas grandes hidrelétricas, buscará vender todas as participações. A Cemig pretende se desfazer das subsidiárias de gás e telecomunicações, Gasmig e Cemig Telecom, e encontrar um sócio estratégico para a controlada de geração limpa Renova Energia. O diretor de Desenvolvimento de Negócios da Cemig, Cesar Vaz de Melo, disse que o objetivo do plano é reduzir a relação entre dívida líquida e geração de caixa da empresa a um patamar “aceitável” de 2,5 vezes, ante 4,21 vezes no fim do primeiro trimestre de 2017.

NEGOCIAÇÃO COM BANCOS

Segundo ele, muitas das negociações já estão em estágio avançado, e em alguns casos já há propostas não vinculantes feitas por interessados: “Não há dúvidas da administração da Cemig com relação à efetiva venda desses ativos”. Também estão na lista de desinvestimentos pequenas hidrelétricas e subsidiárias com portfólio de projetos na área, como as usinas Cachoeirão, Pipoca e Paracambi, e as subsidiárias Guanhães Energia, Brasil PCH e Espira. Executivos da Cemig disseram esperar receber ainda esta semana uma proposta para entrada de um sócio estratégico em sua controlada Renova Energia, o que acabaria com a necessidade de injetar recursos na empresa. Já a Light Energia, com ativos de geração, deve ser vendida para a Aliança, uma joint venture da Vale com a Cemig que opera uma série de hidrelétricas. Em Santo Antônio e Belo Monte, que estão entre as maiores hidrelétricas do Brasil, a Cemig tem conversado com os demais sócios para conduzir as vendas.

Em Belo Monte, no entanto, a prioridade é resolver pendências, como a venda de uma fatia da energia da usina que ainda está descontratada. Além dessas operações, a Cemig pretende negociar com a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) a devolução da hidrelétrica de Itaocara. A empresa e a Light arremataram o projeto em leilão, mas não têm recursos para construir a usina. A Cemig pretende rever o perfil de sua dívida, que concentra mais de R\$ 10 bilhões em vencimentos até 2019. O diretor financeiro da companhia, Adézio Lima, disse que a ideia é captar entre US\$ 1 bilhão e US\$ 1,5 bilhão com a emissão de eurobonds e utilizar os recursos para pagar parte dos compromissos em 2017, 2018 e 2019. Além disso, a Cemig quer negociar com os bancos com os quais tem débitos para obter três anos de carência e cinco anos de prazo para os pagamentos. Com isso, a empresa jogaria boa parte dos vencimentos para depois de 2020, com grande concentração das dívidas em 2024.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Petrobras rola dívida de R\$ 6 bilhões com Banco do Brasil

A Petrobras anunciou nesta quinta (1) uma operação de rolagem de dívida com o Banco do Brasil no valor total de R\$ 7 bilhões, com o objetivo de alongar o prazo de vencimento dos seus empréstimos.

Na operação, a petroleira tomou um empréstimo de R\$ 7 bilhões, com vencimento em 2022. Desse montante, R\$ 6 bilhões foram usados para pagar dívida também com o BB, mas com vencimento em 2019.

Segundo a estatal, a operação faz parte de uma estratégia para melhorar o perfil de seu endividamento, que concentra grande volume de vencimentos no final desta década.

Em maio, por exemplo, a companhia anunciou a emissão de US\$ 4 bilhões em títulos de longo prazo no mercado internacional para pagar de forma antecipada dívidas que venceriam em 2018.

A estatal não informou as condições de juros do novo financiamento com o Banco do Brasil.

"A Petrobras continuará avaliando novas oportunidades de financiamento de acordo com a sua estratégia de gerenciamento de passivos, que visa à melhora do perfil de amortização e à redução do custo da dívida", disse a empresa, em nota oficial.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado / colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Química importada

A indústria química nacional voltou a perder espaço para as importações em 2017, segundo a Abiquim, associação que representa o setor.

A participação dos produtos de fora do país foi de 35,3% no acumulado de 12 meses até abril deste ano.

Até o fim de 2016, a taxa era de 32,7% e, em 2015, de 30,2%, afirma Fátima Ferreira, diretora da entidade.

"Os importados perderam participação com o dólar mais caro, mas agora voltam a ganhar. O problema é a falta de competitividade do produto nacional, que tem matérias-primas caras no país."

Apesar de a demanda no país ter crescido, as vendas internas caíram 1,5% no primeiro quadrimestre deste ano, em relação aos mesmos meses de 2016. No mesmo período, as importações subiram 5,4% em 2017.

Uma das demandas do setor é que as reformas em estudo pelo Ministério de Minas e Energia reduzam o custo de matérias-primas como gás natural e nafta, diz Ferreira.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fátima Laranjeira e Luciana Collet

Título: Cemig anuncia venda de R\$ 6,5 bi em ativos

Meta da companhia de energia, que sofre com pesadas dívidas, é se desfazer de pelo menos 50% de seus negócios até o 1º semestre de 2018.

A companhia de energia mineira Cemig anunciou ontem um plano de desinvestimentos de R\$ 6,5 bilhões que será realizado por meio da venda de diversos ativos. A empresa informou ao mercado espera se desfazer de pelo menos 50% dos negócios até o primeiro semestre de 2018. O plano de venda de ativos tem objetivo de reduzir a pesada dívida da companhia. Somente até o fim do ano que vem – ou seja, em 18 meses –, os vencimentos de obrigações da companhia somam R\$ 10 bilhões. A Cemig anunciou ontem que pretende reduzir sua alavancagem – medida pela relação entre a dívida e a geração de caixa – para menos de 3,5 vezes ao fim deste ano. Em 2021, a meta é de uma alavancagem de 2 vezes o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, amortizações e depreciações). Ativos. Entre os ativos que já estão em negociação, a companhia anunciou ontem que a fatia de 19% da Taesa (do total de 31,5% que possui atualmente), cujo valor de mercado atual está pouco acima de R\$ 1,4 bilhão. Também em negociação societária está a venda de 43% da Light Energia, por R\$ 530 milhões. A alienação de uma participação de 18% na Santo Antonio Energia, avaliada em R\$ 1,28 bilhão, está em fase de proposta vinculante.

Entre os outros ativos que devem ser negociados estão 49% das ações ordinárias e de 100% das preferenciais da Gasmig, por R\$ 1,2 bilhão – uma operação que está em fase de elaboração de edital. Enquanto isso, a negociação de 12% da Norte Energia, por R\$ 1,39 bilhão, está no estágio de contratação de assessores. A Cemig admite que a venda da participação na Norte Energia, empresa responsável pela hidrelétrica de Belo Monte, não será tarefa fácil. O diretor de desenvolvimento de negócios da Cemig, César Vaz de Melo Fernandes, admitiu que, antes de buscar um comprador, os acionistas precisam “resolver os problemas” da usina, como a energia que permanece descontratada. O programa

envolve ainda a negociação de fatias na Renova Energia (de energia limpa). Outros ativos que deverão ser repassados a novos donos são as usinas Transmineira, Cachoeirão, Pipoca e Paracambi, além das fatias na Cemig Telecom e Consórcios de Exploração de Gás. /COM REUTERS

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor: Fernando Giachini Lopes / Instituto Totum

Título: A nova onda da energia renovável

O crescente poder de decisão dos consumidores quanto à energia que utilizam está contribuindo, no mundo todo, para a transição para matrizes elétricas mais limpas. Na Europa e nos Estados Unidos, esse poder da escolha direta do consumidor tem favorecido um verdadeiro tsunami de investimentos em favor do desenvolvimento das fontes renováveis. A dúvida, por aqui, é até que ponto o Brasil está preparado para esse movimento, ou deixará que se limite a apenas uma marolinha. Até há algum tempo, a maioria dos participantes do mercado de energia atribuiriam pouca ou nenhuma importância para os consumidores: a energia seria uma commodity que deveria ser cotada pelo menor preço.

Nos últimos anos, no entanto, o quadro se inverteu: a combinação de interesses de operadores do mercado e de grandes consumidores globais de energia com as propostas de fornecedores de tecnologia em energia renovável tem impulsionado o crescimento das opções de escolha dos produtos de eletricidade. A possibilidade de produzir a própria energia, fechar contratos de compra de longo prazo (PPAs), ter participação acionária em empreendimentos de geração ou negociar certificados de energia renovável (RECs) permitem que os consumidores finais de eletricidade desempenhem papel cada vez mais ativo na transição do setor, tendo como principal direcionamento a expansão do uso das fontes de energia renováveis.

Em reunião recente realizada em Amsterdã, a European Renewable Energy Markets (REM – 2017) abordou o tema da escolha do consumidor no mercado de energia do ponto de vista das várias partes desse mercado. Do lado dos consumidores, foi destacada a iniciativa REM 100, que reúne empresas globais comprometidas com o consumo de 100% de energia renovável. Com apenas três anos, a iniciativa conta com mais de 90 empresas de grande porte que possuem metas rumo à totalidade do abastecimento de suas unidades a partir de fontes renováveis. Para atingir esse objetivo, utilizam várias estratégias, como a compra de G.O. — garantias de origem (na Europa), RECs (no mercado norte-americano) e IreCs, em âmbito mundial. As possibilidades incluem ainda a autoprodução, a assinatura de PPAs virtuais — que garantem investimentos adicionais em energia

renovável sem comprometer a estrutura de preços de aquisição de energia — e a assinatura de PPAs tradicionais com fontes renováveis.

No que diz respeito à geração, a perspectiva da empresa europeia do ramo de energia Statkraft é que ocorra uma queda drástica dos custos de autogeração (principalmente solar fotovoltaica) e de armazenamento por meio de baterias mais eficientes. A lógica de abastecimento deve migrar, portanto, de grandes usinas distantes dos centros de consumo para uma composição de mercados locais e regionais de geração e distribuição de energia, com redes inteligentes. Essa alteração exigirá total revisão das práticas empresariais.

Consultorias ligadas à comercialização de ativos ambientais de energia seguem a mesma linha: para Tom Lindberg, da europeia Ecohz, existe uma demanda corporativa mundial da ordem de 10.000TWh ao ano, sendo que a parte renovável representa somente cerca de 2.500 TWh, e dos quais apenas 800TWh se encontram bem documentados e rastreados.

O mercado de energia brasileiro começa a sentir o peso das mudanças estruturais e do poder de escolha do consumidor. Segundo a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em 2016 houve aumento de 25 vezes no número de pedidos aprovados de adesão de consumidores ao mercado livre. A geração solar, por sua vez, tem experimentado crescimento exponencial dos últimos meses, principalmente após a edição da Resolução 687/2015 sobre micro e minigeração distribuída. E o Programa Brasileiro de Certificação de Energia Renovável, que agora atende aos critérios internacionais do Irec, já certificou mais de 15 empreendimentos de geração de energia renovável, garantindo a oferta potencial de mais de 1.500.000 RECs anuais (cada certificado equivale a 1MWh de eletricidade produzida a partir de fontes renováveis).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia

Título: Governo prevê leilão de energia de reserva em setembro

O governo está trabalhando para realizar um leilão de energia de reserva (LER) já em setembro deste ano, disse Eduardo Azevedo, secretário de planejamento e desenvolvimento energético do Ministério de Minas e Energia (MME), ao participar do Encontro de Negócios da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica).

O assunto, porém, ainda é motivo de polêmica e desacordo dentro do próprio ministério, segundo o Valor apurou. Há inclusive fontes que garantem que não haverá leilão, especialmente como uma política industrial.

Além de garantir a realização do leilão, Azevedo disse que este será o primeiro com datas de entrega dos projetos escalonadas em três, quatro e cinco anos, garantindo uma maior previsibilidade à indústria de fornecimento de máquinas e equipamentos.

Questionado se o leilão será motivado por uma política industrial - o que vinha sendo rejeitado no ministério - ou por real necessidade de contratação de projetos, Azevedo disse que a disputa vai atender "as duas coisas". "Energia precisa ser entendida como uma visão mais ampla do que apenas energia", disse o secretário.

O discurso veio em linha com o do ministro Fernando Coelho Filho, titular da pasta, que afirmou em evento esta semana em São Paulo que deve ser realizado um leilão de reserva até o fim deste ano. Azevedo, no entanto, foi mais enfático. "Não há dúvidas. Se, em algum momento, falaram que não teremos leilão de energia nova, desconsiderem. É uma decisão tomada, o presidente, o ministro, todos estão comprometidos em fazer isso acontecer", disse.

Segundo uma fonte próxima do governo, há diversos obstáculos para a realização da disputa em setembro. Não há, por exemplo, tempo hábil para que o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) calcule a margem de escoamento dos Estados que podem receber projetos de geração eólica. Para o leilão de dezembro do ano passado, que foi cancelado na véspera, projetos no Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e na Bahia não puderam ser habilitados pelo esgotamento da margem de escoamento nesses estados.

Outro ponto é que não há prazo suficiente para que o edital do leilão seja discutido e colocado em audiência pública, nem para abertura do processo de habilitação dos projetos até setembro. "Qualquer leilão precisa de um cronograma extenso para permitir a habilitação de novos proponentes para permitir competição de forma isonômica", disse a fonte.

O anúncio da realização do leilão foi bem recebido pelos presentes no evento da Abeeólica, uma vez que o governo não contrata projetos da fonte eólica desde 2015. Houve também que recebeu a notícia com um certo ceticismo, devido aos motivos citados acima.

Segundo Azevedo, já há sinais que justificam a necessidade de contratação de novos projetos de energia de reserva, o que foi reforçado com o cancelamento permanente de mais de 1,3 mil megawatts (MW) médios de contratos no Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) feito recentemente.

Além disso, o governo conta com a descontratação de mais de 1 GW de energia em projetos de reserva, seja pelo leilão de descontratação previsto para o fim do

ano, ou pelos processos de caducidade executados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). "Todos os projetos atrasados de forma irremediável serão descontinuados", afirmou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Não há risco de Repetro não ser estendido, diz ANP

O diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Décio Oddone, disse ontem que "não há dúvidas" de que o Repetro (regime aduaneiro especial do setor de óleo e gás) será estendido pelo governo. Em meio ao clamor de urgência das petroleiras pela oficialização da renovação, aguardada desde o ano passado, Oddone afirmou que a expectativa é que o assunto seja sacramentado antes dos leilões de setembro e outubro, mas que, caso isso não ocorra até lá, as rodadas não serão uma "tragédia".

"Imaginamos, sem dúvida, que teremos leilões muito bem-sucedidos. Falta [a extensão do] Repetro, mas não tenho dúvida de que vai ser renovado, por tudo o que já ouvi. Seria maravilhoso e espero que tenhamos o Repetro renovado antes dos leilões. Se não for, não acho que será uma tragédia. Acho que temos competitividade para sermos atraentes", afirmou Oddone, para uma plateia de executivos do setor, durante evento promovido pela Câmara Britânica de Comércio (Britcham), no Rio.

A prorrogação da validade do regime é considerada pelas petroleiras como essencial para a decisão de investimentos de longo prazo no setor e, portanto, para o sucesso das rodadas de licitações. Nos bastidores, o temor da indústria é que a crise política que paira sobre Brasília afete o andamento das discussões sobre a renovação do assunto, que depende da articulação entre o Ministério de Minas e Energia e Fazenda (incluindo a Receita Federal) e da assinatura do presidente Michel Temer.

Durante o mesmo evento, o presidente da Shell no Brasil, André Araujo, destacou que as incertezas sobre a extensão do regime especial ajudam a aumentar a percepção de riscos do investidor e defendeu a importância de que a renovação seja sacramentada antes das licitações.

"A nossa expectativa é que isso seja resolvido antes dos leilões. É o que esperamos, porque tudo o que traz risco impacta na avaliação econômica do projeto, vai embutido no resultado do leilão", disse.

Ele disse a empresa está avaliando, neste momento, as oportunidades de negócios oferecidas nas próximas rodadas e traçando as prioridades. Segundo o executivo, a multinacional está "olhando tudo", desde os leilões do pré-sal quanto a 14ª Rodada de blocos exploratórios, que ofertará áreas marítimas fora do polígono do pós-sal e blocos terrestres.

"Estamos olhando tudo. Este é o momento de ranquearmos os projetos [prioritários]... Agora estamos trabalhando internamente para traçar as prioridades", disse o executivo, que preferiu não detalhar que áreas despertam mais o interesse da empresa e se a Shell já está formando consórcios para disputar as concorrências.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Joice Bacelo e Zínia Baeta

Título: Schahin muda de nome e projeta ampliar negócios

A Schahin, empresa do setor de óleo e gás que está em recuperação judicial desde 2015, mudou de nome. Chama-se, agora, Base. A estratégia busca desvincular a imagem da empresa da operação Lava-Jato e, dessa forma, resgatar a credibilidade no mercado.

A companhia foi alvo da operação em 2015 em razão do pagamento de propina em troca de um contrato bilionário com a Petrobras para o fornecimento de sonda para o pré-sal.

A mudança de identidade faz parte de um plano que inclui a substituição total da direção e do conselho gestor, nova sede, implantação de um programa de compliance e planos de investimento em áreas onde já atuou.

Neste momento, porém, o novo diretor-presidente da Base, Marcos Sarge, afirma que o foco é a manutenção do contrato mais valioso da companhia com a Petrobras: as operações do navio-sonda Vitória 10.000 - justamente investigado pela força-tarefa da Lava-Jato. Trata-se do principal ativo do grupo, que rende cerca de R\$ 22 milhões por mês e hoje é o que mantém em dia o pagamento do plano de recuperação judicial. O negócio tem validade até 2020 com a possibilidade de renovação até 2030.

A Petrobras, porém, manifestou recentemente interesse em rescindir esse contrato. A empresa alegou na época que a Schahin vinha atrasando o pagamento de parcelas do financiamento (leasing) tomado pela estatal para a construção da sonda. O caso está sendo tratado na Justiça e até o momento tem decisão favorável à Base.

Sarge não esconde que as mudanças na companhia foram pensadas para manter o contrato. De acordo com ele, o serviço, por si só, é bem-avaliado pela Petrobras. E acrescenta que a Schahin, que completou 50 anos neste ano, foi uma das pioneiras na prospecção de águas profundas e registra alto índice de eficiência.

No ano passado, segundo Sarge, o Vitória 10.000 teve o melhor desempenho dentre todas as sondas que operaram para a estatal. Ele cita um estudo que aponta a embarcação entre as 15 mais competitivas da América do Sul. "A Petrobras tem um excelente retorno com esse contrato", afirma. "É natural, portanto, entendermos que terá continuidade."

Investimentos em novas áreas devem ocorrer a partir do encerramento da recuperação judicial da companhia - que pode ser finalizada nos próximos dois anos. Este é o prazo mínimo que as empresas devem cumprir para sair da recuperação e desde que o plano seja corretamente cumprido, conforme a Lei de Falências.

Apesar de estar em recuperação desde 2015, a Schahin teve o plano homologado pela Justiça somente em março deste ano. E é a partir dessa data que começa a contagem do prazo.

Não estando mais em processo de recuperação, a empresa volta a ter acesso mais facilitado ao crédito. E esse é um dos motivos para que os novos investimentos estejam sendo pensados somente para daqui dois anos.

A ideia é buscar oportunidades no setor de linhas de transmissão de energia, empreendimentos imobiliários e construção de hospitais. São áreas em que a companhia atuou no passado. Nos anos 80, por exemplo, foi responsável pela expansão do Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, e pela construção de shoppings centers.

Sarge é quem está à frente da reestruturação da empresa. Conhecido na casa por já ter ocupado a direção da Schahin Engenharia, ele foi convidado a retornar ao grupo em novembro do ano passado e assumiu o novo posto em janeiro. Contratou, até agora, dois novos diretores e diz que outros profissionais, em breve, farão parte da equipe.

Frisa, porém, que não haverá participação na nova estrutura administrativa dos acionistas do grupo. Nem em cargos de direção, nem no conselho gestor. "O papel deles como proprietários está sendo desenhado. Dono é uma coisa e administrador é outra completamente diferente."

Com a reestruturação, muda também a forma de controle interno. "Desde uma contratação milionária, a contratos com órgãos públicos, clientes e fornecedores

e até mesmo aqueles brindes de fim de ano", diz, tudo será monitorado por um núcleo de compliance.

Será regra na empresa, por exemplo, que os contratos, a depender dos valores, tenham a assinatura de dois ou três representantes da empresa. Além disso, serão exigidas ao menos três cotações antes de contratar fornecedores. As contratações não poderão ser feitas por funcionários que atuam nas operações, somente pelo escritório.

A companhia que chegou a ter cerca de seis mil empregados, hoje possui em torno de 800 e operações em quatro Estados. A sede em São Paulo mudará em breve de endereço, mas permanecerá na região da avenida Paulista. Em Macaé, no Rio de Janeiro, localizam-se as instalações de acesso ao navio-sonda Vitória 10.000. No Rio Grande do Norte e Pará ficam as Sondas de Operação Hidráulicas (SPH), de águas rasas, também em contratos com a Petrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia

Título: BNDES busca soluções para financiar projetos de geração

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) está tentando encontrar soluções para viabilizar financiamento de longo prazo para projetos de geração de energia voltados para o mercado livre, disse ontem Carla Primavera, superintendente da área de energia do banco, durante encontro de negócios promovido pela Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica).

Segundo Carla, o BNDES concentrou muito esforço nos últimos anos na discussão de como equacionar um projeto de longo prazo no mercado livre.

"Talvez tenhamos tentado colocar a roupa do financiamento do mercado regulado no mercado livre, e talvez essa não seja a discussão correta", disse Carla.

O BNDES abriu uma agenda com a Associação Brasileira de Comercializadoras de Energia (Abraceel) para discutir como pode apoiar o mercado livre, e estão discutindo outras alternativas, segundo Carla. "Será que conseguimos fazer um financiamento de longo prazo com amortizações móveis, de acordo com a variação do preço de energia? O mercado livre pode ser melhor estruturado e ter melhor previsibilidade?", questionou ela.

Outro ponto que pode ser discutido é sobre o pacote de garantias oferecido e sobre como estruturar isso. Segundo Carla, o BNDES tem discutido com bancos comerciais como tornar as finanças mais claras.

"Tenho defendido que a gente não deve chegar a um único modelo ou caminho, que possamos dar aos clientes e empreendedores uma alternativa, e que o cliente possa escolher qual a melhor para ele", afirmou.

Carla defendeu ainda a necessidade de que os projetos de geração de energia cheguem mais maduros ao banco, para que possam ter maior previsibilidade no planejamento de quanto tempo levará para os desembolsos.

Já contando com o endurecimento das regras do BNDES para conceder crédito, o evento também discutiu alternativas de financiamento para projetos de energia renovável, tanto no mercado regulado quanto no mercado livre.

Segundo Marcelo Girão, chefe da área de project finance do Itaú BBA, o desenvolvimento de novas fontes de financiamento para projetos de energia renovável depende de uma maior previsibilidade nos mecanismos de formação dos preços de energia.

Ele contou que é muito difícil explicar para um investidor como funciona a formação do preço de liquidação das diferenças (PLD, preço referência das operações no mercado à vista de energia), qual o risco que ele vai tomar.

Isso porque, enquanto o mercado regulado oferece contratos de longo prazo com uma tarifa estável, o mercado livre tem contratos de prazo muito menor, e os preços variam de acordo com a demanda e fatores externos, como a hidrologia e o PLD.

"É um risco impensável", disse Girão, completando que é impossível se prever os cenários de chuva e de preço. Para ele, o ideal seria que o país tivesse um mecanismo de formação de preços mais previsível, para que os investidores pudessem ter uma noção maior do risco assumido.

"Para que o mercado financeiro entenda os preços e tome o risco, precisaremos de regra muito previsível. É muito difícil fazer a análise", disse o chefe de project finance do Santander, Diogo Berger.

De acordo com Sérgio Brandão, chefe de energia da gestora britânica Actis no Brasil, é necessário expandir o mercado secundário de debêntures e bônus voltados para o financiamento de projetos de infraestrutura.

"Hoje, o que se financia do capex em debêntures fica em torno de 10% a 15% do total, precisamos do BNDES, não tem outro jeito", disse. Segundo ele, se uma pequena parcela dos ativos sob gestão dos fundos de pensão, por exemplo, pudesse migrar para os bônus e ajudar a criar um mercado secundário, "o mercado de capitais poderia ser vistoso e sem as complicações atuais."

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Marcos de Moura e Souza, Juliana Machado e Camila Maia****Título: Cemig define ativos a serem vendidos para reduzir dívida**

Dois anos depois de ter anunciado um plano de desinvestimentos, a Cemig deu um passo além ontem, ao detalhar a estratégia para reduzir seu endividamento e quais os ativos que pretende se desfazer. A expectativa é de levantar de R\$ 3 bilhões a R\$ 3,5 bilhões até o primeiro semestre do ano que vem.

A estatal mineira de energia, que tem R\$ 4,8 bilhões em dívidas vencendo ainda neste ano - sem contar o vencimento da opção referente à Light, que pode representar uma saída de caixa de R\$ 1,6 bilhão -, pretende reduzir a relação entre dívida líquida e Ebitda de 5 vezes (no fim de 2016) para 2,5 vezes.

Para isso, pretende efetuar ações como a conclusão de um programa de desligamento voluntário voltado para 1.550 empregados, iniciativas de redução de custos e a emissão de bônus no mercado europeu. Mas a principal medida continua sendo a venda de ativos.

Pela primeira vez, a Cemig detalhou claramente quais os ativos quer vender. Listou dez deles, dos quais apenas a participação na hidrelétrica de Santo Antônio tem uma proposta vinculante neste momento. O valor patrimonial desses ativos (alguns a Cemig pretende vender toda sua participação; outros, apenas parte) é de R\$ 6,56 bilhões. A estatal destacou que os montantes não representam garantia ou expectativa do real valor de venda dos ativos.

Como processos de venda estão sujeitos a restrições legais, societárias e regulatórias, a Cemig selecionou alguns que considera ser possível se desfazer mais facilmente.

"Esperamos monetizar de R\$ 3 bilhões a R\$ 3,5 bilhões até o primeiro semestre de 2018", disse César Vaz, diretor de desenvolvimento de negócios da estatal.

Quatro empreendimentos concentram R\$ 5,3 bilhões de valor patrimonial: o excedente do controle na Taesa, a parcela em Santo Antônio Energia, a Gasmig e a fatia na Norte Energia. A companhia pretende ainda se desfazer da área de geração da Light, entre outros ativos, como a Transmineira.

O diretor financeiro da Cemig, Adézio Lima, disse ao Valor que entre as operações que considera mais fáceis de serem concretizadas estão a venda de parte de ações da Taesa e também de parte dos papéis de Santo Antônio. "Esta última já está bem próxima do 'deal'."

Quanto à Gasmig, a distribuidora de gás de Minas Gerais, o executivo considera que a operação terá uma tramitação bem mais lenta para sair do papel.

Além da venda de ativos, a Cemig pretende levar adiante entre este mês e início de julho seu plano de emissão de US\$ 1 bilhão a US\$ 1,5 bilhão, disse Lima. Executivos fizeram um "road show" na Europa e EUA no início de maio e tinham a expectativa de lançar os papéis logo depois. Mas adiaram sob alegação de que era preciso dar mais tempo e informações a investidores e também porque a crise política no Brasil e a disparada do dólar tornou o ambiente mais difícil para essa captação.

Ao mesmo tempo em que persegue a redução do endividamento, a Cemig insiste na manutenção das hidrelétricas de São Simão, Jaguará e Miranda. A companhia rejeitou a renovação das concessões nos termos da Medida Provisória (MP) 579 em 2012, e tem brigado na Justiça desde então, por entender que tem o direito de renovar as concessões nos termos originais dos contratos por 20 anos.

Apesar disso, a companhia está negociando com dois investidores estrangeiros uma sociedade para, se for o caso, disputar o leilão das três usinas, mais a hidrelétrica de Volta Grande que também foi devolvida à União pela companhia. O governo pretende fazer o leilão das usinas em setembro, cobrando um valor mínimo de R\$ 11,6 bilhões em bônus pela outorga.

Segundo Lima, esses dois grupos investidores não são do setor de energia e manifestaram interesse em entrar nos leilões apenas em uma parceria com a Cemig. Ele não revelou os nomes ou as nacionalidades desses investidores.

A disputa no leilão ainda é chamada de "plano C", uma vez que a prioridade é a luta na Justiça. Se confirmado que o caminho for disputar o leilão, a Cemig espera receber da União R\$ 3,5 bilhões a título de indenizações por investimentos não amortizados que fez nas usinas. Não há, no entanto, definição por parte do governo sobre qual valor a empresa tem direito.

A jornalistas, Lima afirmou que a ideia é que a Cemig e um futuro sócio reúnam cerca de R\$ 5 bilhões em recursos e busquem no mercado o restante. Para ele, não haverá outro grupo interessado no futuro leilão. Isso porque a empresa disputa na Justiça o direito sobre as três usinas e, portanto, nenhum investidor estaria disposto a entrar num negócio desse porte envolvendo um questão judicializada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Emiko Terazono e Neil Hume | Financial Times

Título: Novas regras para combustível vão afetar commodities

Uma mudança na regulamentação internacional dos combustíveis, pouco discutida fora do círculo das empresas de navegação, vai sacudir o mundo das commodities. Para tentar coibir as emissões de gases causadores do efeito estufa, a Organização Marítima Internacional (OMI) da Organização das Nações Unidas (ONU) determinou um limite ao conteúdo de enxofre no óleo diesel marítimo a partir de 2020.

Embora seja boa notícia para o meio ambiente, a mudança nas regras também ameaça elevar os preços dos combustíveis para empresas aéreas e consumidores em geral nos postos, assim como as tarifas de frete.

"É muito, muito complicado", diz Lars Robert Pedersen, secretário-geral adjunto do Conselho Marítimo Internacional e do Báltico (Bimco, na sigla em inglês), que representa os donos de cerca de 60% dos navios mercantes do mundo.

Há seis meses, a OMI, órgão que governa a navegação internacional, decidiu reduzir o limite de enxofre no combustível marítimo de 3,5% para 0,5% em 2020.

Daqui a dois anos e meio, os donos de navios vão ter de passar a usar um combustível de melhor qualidade e mais caro; investir em sistemas de controle das emissões, conhecidos como "purificadores"; ou aderir a combustíveis alternativos, como o gás natural liquefeito (GNL).

Muitos analistas preveem que a maioria optará pelo combustível de maior qualidade. Uma pesquisa do banco UBS com 51 proprietários de navios mostrou que 75% dos consultados estão dispostos a comprar a gasolina com menor teor de enxofre.

Seja qual for a mudança adotada pelos donos de navios, o custo vai ser alto. Algumas estimativas indicam que o custo de navegação pode aumentar até 85%. O efeito dominó da mudança nas regras do combustível marítimo deverá estender-se além da frota mercante mundial e atingir a indústria petrolífera e a comercialização de commodities.

"Isso é enorme", diz Kho Hui Meng, chefe na Ásia da Vitol, principal negociadora independente de petróleo. "Vai dar uma reviravolta no setor de comercialização."

A redução no limite de emissões do óleo diesel marítimo é "facilmente a mudança mais dramática nas especificações de combustível em qualquer mercado de produtos petrolíferos em escala tão grande", segundo a Agência Internacional de Energia (AIE).

O problema para o mercado de petróleo é duplo. Embora o óleo diesel marítimo de alto teor de enxofre represente apenas 4% da demanda mundial por petróleo, segundo a AIE, o mercado de navegação tradicionalmente é um canal importante para as refinarias, que aproveitam resíduos de outros processos de refino para produzir o combustível pesado usado pelos navios.

Kho diz que cerca de 3 milhões de barris de óleo diesel marítimo de alto teor de enxofre vão deixar de ser consumidos. "Ainda estamos tentando descobrir quais vão ser as implicações."

O segundo problema é que a maior demanda por combustíveis com baixo teor de enxofre vai exacerbar as dificuldades com a falta de capacidade de produção e também elevar os preços dos combustíveis para automóveis e aviões.

"Como os principais produtos limpos - gasolina, combustível de aviação e diesel - estão intimamente relacionados, quando a demanda e o preço de um aumentam, isso tende a elevar os preços dos outros", disse Martin Tallett, presidente da Ensys.

Os mercados do produto já refletem a mudança das regras, com os preços futuros do combustível de alto teor de enxofre para 2020 em queda e os do referencial de óleo diesel marítimo de alta qualidade e de baixo teor de enxofre em alta, segundo a S&P Global Platts.

O impacto da mudança na regulamentação vai ser sentido especialmente pelas refinarias, já que haverá mudanças na oferta e demanda de vários produtos.

Os modelos da Ensys preveem que a nova regulamentação vai levar a "dificuldades extremas - e até à possível inviabilidade" de fornecimento de combustíveis pelas refinarias para a indústria de navegação e ao atendimento da demanda por outros combustíveis, como o de aviação e a gasolina.

A indústria de commodities como um todo, do petróleo ao carvão e ao açúcar, também vai sofrer com a alta dos fretes. A indústria de navegação é crucial para o comércio mundial. Transporta cerca de 90% de todos os bens comercializados e o combustível representa entre 70% e 80% do custo total das viagens, segundo a S&P Global Platts.

A firma de consultoria Wood Mackenzie, especializada no mercado de combustíveis, estima que os custos da indústria de navegação com o óleo diesel marítimo poderiam subir até US\$ 60 bilhões, mais de 50%, para US\$ 174 bilhões, em 2020.

Sushant Gupta, que trabalha na empresa como diretor de análises sobre refino na Ásia, calcula que com a mudança na regulamentação o custo do barril de petróleo transportado do Oriente Médio para Cingapura vai aumentar em US\$ 1.

Apesar das preocupações, a OMI informa que a decisão tomada em 2016 por seus países-membros foi baseada em uma análise da consultoria CE Delft, segundo a qual as refinarias teriam capacidade de produção de óleo diesel marítimo de baixo teor de enxofre suficiente para atender as necessidades da indústria de navegação. "Isso foi motivado pela enorme impacto benéfico no ambiente e na saúde humana", diz a OMI.

Ainda assim, diante das incertezas quanto às consequências que se aproximam, Pedersen, da Bimco, avisa: "Isto é um experimento global. É sobre isso que estamos alertando."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor: Beatriz Olivon

Título: STJ julga possibilidade de disputa entre ANP e Petrobras

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) deve retomar este mês o julgamento de uma ação importante para a Petrobras e a arbitragem no Brasil. A 1ª Seção decidirá se cabe ao Judiciário ou à arbitragem decidir conflito entre a petrolífera, a Agência Nacional de Petróleo (ANP) e o governo do Espírito Santo de pelo menos R\$ 2,09 bilhões.

O valor é referente à cobrança pela agência reguladora de uma participação especial (compensação financeira extraordinária) pela exploração de óleo e gás nos campos do Parque das Baleias, no Espírito Santo. Em 2014, o órgão passou a considerar que os campos do parque são interligados, o que geraria o pagamento dessa participação especial.

Por não concordar com a mudança, a companhia buscou a Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI). Antes de ser instaurada a demanda, entrou com uma ação na Justiça Federal para afastar a cobrança de R\$ 2,09 bilhões (valor histórico).

No fim de abril, a questão começou a ser analisada pela 1ª Seção do STJ. O julgamento está suspenso por um pedido de vista do próprio relator, ministro Napoleão Nunes Maia Filho. Por enquanto, apenas Napoleão e a ministro Regina Helena Costa votaram, em sentidos opostos.

Na primeira instância, a estatal havia obtido liminar para afastar a cobrança, que foi cassada posteriormente pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região. A ANP passou, então, a cobrar o montante da Petrobras, mais penalidade de 50% sobre o débito caso o pagamento não fosse efetuado até abril de 2015, o que levou a petrolífera a recorrer ao STJ para que se defina o conflito de competência.

Em 2015, o relator, ministro Napoleão Nunes Maia Filho, concedeu liminar que suspendeu a cobrança pela ANP. Pela medida, ele reconheceu a competência da CCI para julgar a questão. Também suspendeu as ações judiciais e procedimentos administrativos relativos ao tema e admitiu o Espírito Santo como parte interessada no processo. Apesar da liminar favorável à arbitragem, no julgamento o ministro mudou de entendimento e votou pela competência da Justiça Federal.

A ministra Regina Helena Costa pediu vista, suspendendo o julgamento. Em sessão no fim de abril, ela levou seu voto, em que declara competente o Tribunal Arbitral da CCI. Na sequência, o próprio relator pediu vista. O processo está na pauta da sessão do dia 14. Os ministros Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves, Assusete Magalhães, Sérgio Kukina, Gurgel de Faria e Francisco Falcão ainda vão votar.

Em nota explicativa no balanço do primeiro trimestre, a Petrobras estima impacto de R\$ 6,772 bilhões para a tese referente à determinação da ANP de unificar alguns campos.

Além do complexo Parque das Baleias, a estatal cita outras unificações - dos campos de Lula e Cernambi no Consórcio BM-S-11; Baúna e Piracaba; e Tartaruga Verde e Mestiça. A empresa afirma no documento que as questões envolvem processos judiciais e arbitrais, sendo que, por força das decisões judiciais, as arbitragens estão suspensas. A empresa já depositou judicialmente valores relativos às disputas.

MME / ASCOM .